

Doze Artigos sobre Fé e Sexualidade



INTRODUÇÃO

Durante os “Encontros à Mesa” de julho de 2024, na chácara *Farol* em Jacareí (SP), emergiu o consenso de que a questão da sexualidade não deveria ser mais ignorada pela Aliança Cristã Evangélica do Brasil, não apenas por representar um enorme campo de dúvida, insegurança e sofrimento entre os cristãos evangélicos, incluindo seus líderes, mas também por ter se tornado um tema polêmico, com implicações para a cooperação entre as igrejas. Além disso, a questão da ética sexual e dos costumes ganhou grandes proporções na sociedade moderna; de modo que o tema goza de relevância *pastoral, eclesial e missionária*.

Esse fato não passou despercebido pelo evangelicismo global, de modo que o *Movimento Lausanne* estabeleceu um grupo de trabalho sobre Sexualidade e Gênero para a Conferência *Lausanne 2024*, em Seul, publicando um sumário de seus esforços.¹ O grupo, resumindo seu trabalho com auxílio de IA, afirmou que “Igrejas são chamadas a se engajar com temas difíceis, incluindo sexualidade e gênero, de forma que reflitam o amor e a compaixão de Cristo. Para fazê-lo efetivamente, é necessário um compromisso com a contínua educação e treinamento, tanto de pastores quanto dos membros da igreja, com um foco na compreensão bíblica e teológica que seja contextualizada e responsiva aos desafios de hoje.” E mais à frente, próximo ao fim do sumário, os editores observam:

“As sessões... focalizaram o fechamento da lacuna de sexualidade e gênero em relação à Grande Comissão. Consequentemente, uma questão central foi como essa área pode ajudar ao invés de atrapalhar a missão. Uma conclusão geral foi que precisamos falar muito mais sobre esse tema em nossas igrejas evangélicas. Precisamos ensinar sobre sexualidade e gênero para todos os grupos etários relevantes na igreja, e precisamos promover uma cultura de amor e transparência nessa, e em muitas outras, áreas. Isso também inclui cursos sobre casamento, aconselhamento cristão, etc. Desse modo, é muito bom que o movimento de Lausanne tenha aberto essa discussão!”

Nós também consideramos muito bom que a Aliança Cristã Evangélica do Brasil tenha enfrentado a questão e caminhado na direção de promover luz e unidade bíblica ao redor desse tema tão importante. O mundo e a igreja clamam por uma pastoral da sexualidade. No entanto, soluções pastorais eficientes e atualizadas para o sofrimento sexual moderno não se desenvolverão sem que esses sofrimentos sejam adequadamente *descritos e problematizados*, e sem que os princípios bíblico-



teológicos para o seu tratamento sejam *claramente definidos*. Com isso em mente, e buscando produzir um documento brasileiro, foi criado no encontro de 2024 o Grupo de Trabalho de “Desafios Contemporâneos e Sexualidade”, e esse grupo concordou em trazer, no encontro de 2025, aos membros e aos amigos da *Aliança* a presente proposta de declaração sobre fé e sexualidade.²

I. A BÍBLIA É NORMATIVA PARA A SEXUALIDADE³

Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justiça, para que o homem de Deus seja apto e plenamente preparado para toda boa obra. (2Timóteo 3: 16-17, NVI)

Afirmamos a inspiração divina, a veracidade e autoridade das Escrituras tanto do Antigo como do Novo Testamento, em sua totalidade, como única Palavra de Deus escrita, sem erro em tudo o que ela afirma, e a única regra infalível de fé e prática. Afirmamos que sua autoridade normativa inclui a sexualidade humana em todas as suas dimensões. Também afirmamos o poder da Palavra de Deus para cumprir o seu propósito de salvação. Afirmamos que a mensagem da Bíblia se destina a toda a humanidade, pois a revelação de Deus, em Cristo e na Escritura, é imutável. Por meio dela, o Espírito Santo fala ainda hoje. Ele ilumina a mente do povo de Deus em toda cultura, de modo a perceberem a sua verdade, de maneira sempre nova, com os próprios olhos, e assim revela a toda a igreja uma porção cada vez maior da multiforme sabedoria de Deus. Afirmamos também que não existe contradição entre o livro das Palavras de Deus (a Bíblia) e o livro das Obras de Deus (a Natureza), e que toda verdade científica, histórica ou ética é também a verdade de Deus e não pode contradizer o que a Escritura afirma.

Portanto, rejeitamos estas falsas doutrinas e conceitos:

- que haja qualquer hierarquia de autoridade entre a revelação divina e a sua documentação, ou qualquer separação entre a palavra de Deus e a Escritura humana, de modo a negar que a totalidade da Escritura seja autoritativa. Isso tornaria a autoridade da Bíblia ilusória e devolveria às pessoas o poder de decidir o que é e o que não é a Palavra de Deus.
- que o significado da Escritura seja apenas uma questão de interpretação individual ou subjetiva, separada de sua própria autointerpretação, de seu contexto histórico, ou independente da fé apostólica e das confissões da Igreja universal.



- que devido à distância histórica, cultural e científica do nosso tempo, a Bíblia não seria mais aplicável.
- que o Espírito Santo do Deus Trino possa falar de forma contrária a Jesus Cristo, segundo o modo como ele se apresenta a nós na Bíblia.
- que na discussão sobre temas de fé e sexualidade, a igreja possa ignorar as verdades descobertas no “livro das obras de Deus”, as quais ilustram modelos bíblicos ou que desafiam aspectos que negligenciamos ou que interpretamos incorretamente.
- que a consciência humana, sentimento, sabedoria, cultura, pesquisa científica ou conhecimento médico, psicológico e sociológico sejam suficientes em si mesmos, à parte, ou em oposição ao ensino da Bíblia, para discernir a vontade de Deus e organizar a ética cristã.
- que a Palavra de Deus seja, de qualquer forma, uma ferramenta para a opressão do ser humano, mormente no que toca à sexualidade e à relação entre os sexos. Antes, a Bíblia aponta o caminho para a reconciliação com Deus, para a paz com o próximo e para a verdadeira felicidade, liberdade e realização humanas.

II. JESUS CRISTO É O SENHOR DO SEXO⁴

"Tudo me é permitido", mas nem tudo convém. "Tudo me é permitido", mas eu não deixarei que nada domine. "Os alimentos foram feitos para o estômago e o estômago para os alimentos", mas Deus destruirá ambos. O corpo, porém, não é para a imoralidade, mas para o Senhor, e o Senhor para o corpo. Por seu poder, Deus ressuscitou o Senhor e também nos ressuscitará.

Vocês não sabem que os seus corpos são membros de Cristo? Tomarei eu os membros de Cristo e os unirei a uma prostituta? De modo nenhum! Vocês não sabem que aquele que se une a uma prostituta é um corpo com ela? Pois, como está escrito: "Os dois serão uma só carne". Mas aquele que se une ao Senhor é um espírito com ele. (1 Coríntios 6:12-17, NVI)

Afirmamos que Jesus Cristo é o único Senhor da sexualidade humana, e que os corpos dos crentes não pertencem a eles, mas ao Senhor. Reconhecemos que a sociedade moderna promove a idolatria do ego e o falso evangelho da felicidade terrestre por meio da autoafirmação individual. Reconhecemos que o sexo foi escravizado pela idolatria do ego e existe agora para a glória e honra dos indivíduos. Lamentamos que



parte da cristandade tenha caído sob a influência desse falso evangelho. Afirmamos que o caminho de Jesus Cristo é irreconciliável com o ego moderno, e que o sexo deve

existir para a glória e honra de Jesus Cristo. Afirmamos que cada cristão deve negar a si mesmo, tomar a sua cruz e seguir a Cristo, colocando seu corpo, seu sexo, seus desejos e todos os seus afetos a serviço do salvador. Afirmamos também que as igrejas cristãs devem anunciar a verdadeira liberdade sexual, trazendo as pessoas a Jesus Cristo, o único Senhor e salvador do sexo.

Portanto, rejeitamos estas falsas doutrinas e conceitos:

- que exista liberdade e felicidade sexual fora de Jesus Cristo.
- que o campo da sexualidade seja espiritualmente neutro ou autônomo em relação à teologia e à pregação da igreja.
- que as questões ideológicas e político-partidárias em torno da sexualidade sejam mais fundamentais ou prioritárias do que o seu significado religioso e teológico.
- que as teorias marxianas, pós-estruturalistas e similares, que reduzem a ordem social e o discurso moral a um conflito entre opressores e oprimidos, tenham autoridade para relativizar o ensino bíblico sobre fé e sexualidade.
- que a visão moderna de felicidade, com seu hedonismo, seu utilitarismo e sua priorização do bem-estar individual na organização da moralidade, seja compatível com a submissão ao Senhorio de Cristo e a bem-aventurança bíblica.
- que o assim-chamado “princípio da autenticidade”, que estabelece a centralidade da autoafirmação e a autoexpressão na organização da identidade e da vida moral moderna, seja compatível com a submissão ao Senhorio de Cristo.
- que a afirmação da liberdade e da dignidade da pessoa humana seja compatível com os valores da revolução sexual moderna.

III. IDENTIDADE CRIACIONAL⁵

Então disse Deus: "Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança. Domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais grandes de toda a terra e sobre todos os pequenos animais que se movem



rente ao chão". Criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. Deus os abençoou, e lhes disse: "Sejam férteis e multipliquem-se! Enchem e subjuguem a terra! (Gênesis 1.26-28, NVI)

Dizendo-se sábios, tornaram-se loucos, e trocaram a glória do Deus imortal por imagens feitas segundo a semelhança do homem mortal, bem como de pássaros, quadrúpedes e répteis. Por isso Deus os entregou à impureza sexual, segundo os desejos pecaminosos dos seus corações, para a degradação dos seus corpos entre si. Trocaram a verdade de Deus pela mentira, e adoraram e serviram a coisas e seres criados, em lugar do Criador, que é bendito para sempre. Amém. Por causa disso Deus os entregou a paixões vergonhosas. Até suas mulheres trocaram suas relações sexuais naturais por outras, contrárias à natureza. Da mesma forma, os homens também abandonaram as relações naturais com as mulheres e se inflamaram de paixão uns pelos outros. Começaram a cometer atos indecentes, homens com homens, e receberam em si mesmos o castigo merecido pela sua perversão. (Romanos 1.22-27, NVI)

Afirmamos que Deus criou a diferença sexual na forma binária e complementar de homem e mulher, com o propósito de obter a conjugalidade e a parentalidade, e assim estabeleceu o casamento, o qual, constituído por esses bens e características, é o fundamento da família, *célula mater* da sociedade. Afirmamos também que o dom da identidade sexual criacional é a base divinamente estabelecida para o cultivo dos papéis de gênero e da consciência de gênero, e que a união escatológica de Cristo com a Igreja fornece o modelo ético para os papéis complementares entre homem e mulher no casamento. Afirmamos, assim, que os modos divergentes de orientação sexual e de consciência de gênero resultam do pecado e do afastamento da imagem divina em direção aos ídolos. Afirmamos também que as ideologias de gênero, que legitimam essas falsas consciências de gênero, são incompatíveis com a fé cristã. Antes, reconhecendo a superioridade da nova criação sobre a velha criação, afirmamos que o centro organizador da identidade do cristão não se encontra em sua sexualidade, mas em sua união com Cristo.

Portanto, rejeitamos estas falsas doutrinas e conceitos:

- que a vontade e a palavra humana tenham autonomia para definir o sexo e a "identidade de gênero", diante da voz manifesta do Senhor no Livro das Obras de Deus e no livro das Palavras de Deus.
- que as identidades sexuais masculina ou feminina possam ser determinadas isoladamente e de forma independente, sem complementaridade e sem referenciar uma à outra.



- que o sentimento ou a autodeclaração tenham mais importância na determinação da consciência de gênero do que o sexo biológico.
- que seja legítimo cultivar a consciência de gênero em conflito com a própria identidade sexual natural.
- que as ideologias de gênero, que distorcem ou legitimam distorções da consciência de gênero, sejam assuntos meramente políticos independentes da fé e inócuos para a vida espiritual e para a igreja.
- que orientação homoafetiva e outras formas de organização afetivo-sexual divergentes da heterossexualidade constituam bases legítimas para o cultivo da identidade sexual do cristão.
- que o sexo ou a sexualidade possam ser tratados como centros organizadores da identidade cristã, conforme o ensino de movimentos sexistas feministas, masculinistas e LGBTQIA+.
- que pais cristãos possam conferir às crianças o dever e o direito de definir o seu sexo e a sua consciência de gênero à revelia da ordem natural, da revelação bíblica e da comunidade cristã.

IV. IGUALDADE NA DIFERENÇA⁶

Então o Senhor Deus declarou: "Não é bom que o homem esteja só; farei para ele alguém que o auxilie e lhe corresponda".

Depois que formou da terra todos os animais do campo e todas as aves do céu, o Senhor Deus os trouxe ao homem para ver como este lhes chamaria; e o nome que o homem desse a cada ser vivo, esse seria o seu nome. Assim o homem deu nomes a todos os rebanhos domésticos, às aves do céu e a todos os animais selvagens. Todavia não se encontrou para o homem alguém que o auxiliasse e lhe correspondesse.

Então o Senhor Deus fez o homem cair em profundo sono e, enquanto este dormia, tirou-lhe uma das costelas, fechando o lugar com carne. Com a costela que havia tirado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher e a trouxe a ele.

Disse então o homem: "Esta, sim, é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque do homem foi tirada". (Gênesis 2:18-23, NVI)



Afirmamos que homem e mulher foram criados iguais em dignidade e valor, partilhando juntos a imagem e semelhança de Deus, sendo que a diferença entre os sexos não é um acidente biológico, nem uma construção arbitrária, mas o espelhamento teomórfico de Deus na bondade do dom criacional. A igualdade no ser e a diferença funcional não se opõem, mas se entrelaçam de modo interdependente, reverberando a unidade sem confusão interna que é a divina Trindade. Por isso, para ser fiel à Palavra de Deus, a teologia da sexualidade precisa integrar semelhança, diferença e reciprocidade. Afirmamos, ainda, que o homem foi chamado a ser um líder-servo, que não oprime, mas cultiva, protege, e se entrega em sacrifício segundo o modelo de Cristo; e que a mulher foi chamada a ser uma auxiliadora correspondente, equivalente e complementar, sem inferioridade, na vocação humana de cultivar e guardar o mundo. Reconhecemos que o pecado corrompeu essas relações, transformando a igualdade em rivalidade e as diferentes vocações em instrumento de domínio. Por isso afirmamos que o desejo de controlar e possuir é fruto da queda e não uma prerrogativa natural do homem ou da mulher. Toda forma de violência física, sexual, emocional, cultural, simbólica, política, econômica, ética e até religiosa, cometida contra qualquer pessoa e, especialmente, contra a mulher, que é um vaso mais frágil, constitui uma negação direta da imagem de Deus no ser humano e uma afronta ao senhorio de Cristo, que amou, se entregou e derramou seu sangue para salvar as mulheres do seu povo. Nossa esperança é que, por meio do evangelho e da sujeição mútua no temor de Cristo, a semelhança, a diferença e a reciprocidade dos sexos seja reconhecida, celebrada e cultivada no meio do povo de Deus.

Portanto, rejeitamos as falsas doutrinas e conceitos:

- que dissolvam a diferença entre homens e mulheres, negando a realidade da criação de Deus e reduzindo o corpo de homens e mulheres a mero produto da vontade pessoal ou da construção social.
- que hierarquizem os sexos em valor e dignidade, transformando a diferença criacional em justificativa para a inferiorização e a dominação.
- que perpetuem qualquer expressão de violência no interior das estruturas sociais, familiares e eclesiais. Em especial, o silêncio frente à opressão de mulheres deve ser combatido com a compreensão bíblica correta da relação entre homens e mulheres.
- que forneçam leituras bíblicas distorcidas que, em qualquer aspecto da realidade, favoreçam expressões de violência contra os sexos. Nenhum texto bíblico pode ser usado para justificar o abuso, o controle ou a humilhação de nenhum ser humano criado à imagem de Deus.



- que favoreçam o individualismo moderno, desfigurando a comunhão entre homem e mulher em nome da liberdade, rompendo a unidade criacional do matrimônio, e transformando a diferença vocacional em alegado obstáculo à realização pessoal.

V. CORPOREIDADE ESPONSAL⁷

Vocês não sabem que os seus corpos são membros de Cristo? Tomarei eu os membros de Cristo e os unirei a uma prostituta? De modo nenhum! Vocês não sabem que aquele que se une a uma prostituta é um corpo com ela? Pois, como está escrito: "Os dois serão uma só carne". Mas aquele que se une ao Senhor é um espírito com ele.

Fujam da imoralidade sexual. Todos os outros pecados que alguém comete, fora do corpo os comete; mas quem peca sexualmente, peca contra o seu próprio corpo.

Acaso não sabem que o corpo de vocês é santuário do Espírito Santo que habita em vocês, que lhes foi dado por Deus, e que vocês não são de si mesmos? Vocês foram comprados por alto preço. Portanto, glorifiquem a Deus com o corpo de vocês. (1Coríntios 6.15-20, NVI)

Afirmamos que o corpo é um dom divino e a base da identidade pessoal, destinado desde o princípio para o Senhor e para refletir seu amor, e que usá-lo de outro modo o desonra e destrói a sua dignidade. As Sagradas Escrituras ensinam que pertencemos – de corpo e alma, na vida e na morte – não a nós mesmos, mas a Deus. Jesus Cristo é a Palavra eterna pela qual fomos criados, o Verbo encarnado, por cujo sacrifício somos redimidos, e é a Palavra viva que manifesta a nova humanidade em sua própria vida e na nossa. Embora fosse celibatário, nada lhe faltava para a plena comunhão com Deus e com a humanidade. É pelo poder de seu Espírito Santo que somos capazes de segui-lo como discípulos obedientes, rejeitando as paixões de nossa natureza pecaminosa e escolhendo, em vez disso, viver em santidade. É também pelo poder do Espírito que aprendemos a aceitar, amar e cuidar dos nossos corpos, como parte da nossa identidade e do nosso serviço ao Senhor. Por intermédio da redenção em Cristo e da santificação pelo Espírito, nossos corpos encontram seu verdadeiro destino, da qual a união sexual é apenas o símbolo: tornarem-se membros de Cristo, partes de seu Corpo que é a Igreja, a Noiva de Cristo.

Portanto, rejeitamos estas falsas doutrinas e conceitos:



- que possamos reivindicar autonomia e domínio sobre nossos próprios corpos diante de Deus.
- que seja possível entregar o corpo em um ato sexual sem envolver o nosso próprio espírito.
- que a relação sexual seja necessária para a integridade pessoal ou plena comunhão entre as pessoas.
- que seja impossível controlar e disciplinar a expressão de nossos desejos sexuais.
- que o indivíduo tenha o direito, diante de Deus, de dispor de seu corpo sexual para a busca de prazer individual, fora do casamento.
- que o indivíduo tenha o direito, diante de Deus, de dispor de seu corpo sexual de modo a descaracterizá-lo, mudar sua identidade sexual ou eliminá-la.
- que o sexo biológico, uma vez determinado, possa ser modificado por meio de intervenções médicas plásticas ou por convenções linguísticas.
- que a tentativa de mudar o sexo por meio de intervenções médicas seja afirmativa da dignidade humana.
- que possamos ser discípulos fiéis de Jesus Cristo e santificar os nossos corpos independentemente do poder transformador de seu Espírito, que nos permite seguir seu padrão de obediência a Deus.

VI. PUREZA E DIGNIDADE⁸

A vontade de Deus é que vocês sejam santificados: abstenham-se da imoralidade sexual. Cada um saiba controlar o próprio corpo de maneira santa e honrosa, não com a paixão de desejo desenfreado, como os pagãos que desconhecem a Deus. Neste assunto, ninguém prejudique a seu irmão nem dele se aproveite. O Senhor castigará todas essas práticas, como já lhes dissemos e asseguramos. Porque Deus não nos chamou para a impureza, mas para a santidade. (1 Tessalonicenses 4:3-7 NVI)

Afirmamos a inseparabilidade entre a pureza sexual e a dignidade humana. O corpo participa integralmente da imagem divina, e por isso a sexualidade humana é também digna de honra. O corpo é honrado quando sua saúde, beleza e força são admirados e



inspiram louvor e gratidão, mas também quando o respeito à dignidade humana nos faz reconhecer, proteger e compensar suas vulnerabilidades. Como a nudez, a sexualidade humana é sensível e vulnerável, e sua exposição à malícia do outro gera vergonha e culpa. A imoralidade sexual desonra o corpo, porque expõe a intimidade e a vulnerabilidade de homens, mulheres e crianças à malícia, sem a cobertura de proteção do amor e das promessas, tratando os corpos como objetos impessoais; e aquele que defrauda, explora e abusa da sexualidade de outrem profana a própria imagem de Deus. O respeito à dignidade sexual implica a rejeição da impureza sexual e de todas as formas de desonra do corpo que dela procedem, incluindo o voyeurismo, a zoofilia, o travestismo, a prostituição, o sexo fora do casamento, a prática homossexual, a indústria pornográfica, a sexualização precoce de crianças e adolescentes, a pedofilia, o assédio e a importunação sexual, o abuso sexual e o estupro.

Portanto, rejeitamos estas falsas doutrinas e conceitos:

- que as crianças e adolescentes, os mais jovens e as pessoas com menos poder e influência, sejam culpabilizados pela cultura da impureza e da indignidade sexual promovida por líderes, por indivíduos mais fortes e influentes, por adultos homens e mulheres coniventes com a cultura da hipersexualização e do abuso.
- que o flerte e o namoro sem compromisso sejam práticas toleráveis para os santos sob quaisquer justificativas.
- que os padrões de vestimenta sejam moralmente neutros e insignificantes para o comportamento cristão e para a vida da igreja.
- que o sexo casual, sob a falsa justificativa da liberdade individual, seja afirmativo da dignidade humana.
- que a propaganda sexualizada e a objetificação mercadológica do corpo sexual, sob a falsa justificativa da liberdade humana, sejam compatíveis com a dignidade humana.
- que a relação sexual sem o contexto da aliança e das promessas do casamento, sob a justificativa do amor romântico, seja compatível com a dignidade humana.
- que o casamento cristão seja invulnerável à defraudação, ao abuso sexual e ao estupro, dispensando vigilância, discipulado e disciplina.



- que a igreja seja um espaço automaticamente seguro para crianças, adolescentes e mulheres, dispensando vigilância, acompanhamento, disciplina eclesiástica e políticas internas de proteção.
- que os praticantes de defraudação ou abuso sexual possam usufruir do direito à membresia, cargos e liderança em suas igrejas, e que os abusadores arrependidos e disciplinados possam retomar o livre acesso e a influência sobre pessoas sexualmente vulneráveis.

VII. CONJUGALIDADE PACTUAL⁹

[Jesus] respondeu: “Vocês não leram que, no princípio, o Criador os fez homem e mulher e disse: Por essa razão, o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher, e os dois se tornarão uma só carne? Assim, eles já não são dois, mas sim uma só carne. Portanto, o que Deus uniu, ninguém o separe”. (Mateus 19.4-6 NVI)

Afirmamos o ensino claro das Escrituras de que Deus, em seu amor por nós, criou-nos homem e mulher, e declarou sua criação “boa”. Afirmamos que a união sexual de homem e mulher no casamento é a única que torna os dois uma só carne. A Escritura nos diz que Deus pretendeu, desde o início, como pretende hoje, apesar de nosso pecado e da queda de toda a criação, que nossos desejos sexuais sejam satisfeitos apenas no contexto do casamento de uma mulher e um homem adultos, em uma fiel e alegre união integral que realiza a conjugalidade e a parentalidade. A Escritura nos ensina que o casamento é uma aliança ou pacto de vida no qual os cônjuges prometem um ao outro o amor e a fidelidade por toda a vida. Essa união pactual de marido e mulher tem o duplo propósito da ajuda mútua, salvaguardando, sustentando e desenvolvendo o caráter moral e espiritual dos cônjuges, e da geração de filhos e a sua criação na disciplina e instrução no Senhor. Além disso, Deus condenou expressamente as relações sexuais fora do casamento. Essa proibição se aplica a pessoas casadas que cometem adultério, ao relacionamento sexual entre homens e mulheres solteiros, a uniões sexuais poliafetivas e, porque a ordem de Deus pretende que o relacionamento sexual seja entre homem e mulher, à prática homossexual, que constitui um desvio da ordem criada por Deus.

Portanto, rejeitamos as falsas doutrinas e conceitos:

- que exista outra forma de união sexual válida diante de Deus, exceto aquela que torna os dois “uma só carne”, a saber, a união heterossexual.



- que o corpo, os desejos sexuais do homem e da mulher um pelo outro e as instituições do casamento e da família sejam fenômenos naturais ou culturais estranhos à ordem criada por Deus.
- que o corpo, os desejos sexuais do homem e da mulher e as instituições do casamento e da família sejam questões indiferentes em nossa nova vida em Jesus Cristo; e que tenhamos o direito de alterá-los ou redefini-los arbitrariamente de acordo com nossas circunstâncias sociais ou desejos pessoais.
- que as relações sexuais requeiram apenas consentimento mútuo, sem levar em conta os laços bíblicos do casamento.
- que a relação sexual, sem o pacto consensual e suas promessas mútuas a serem mantidas diante dos homens, constitua *per se* um casamento.
- que haja outras formas de união sexual aceitáveis a Deus, fora do casamento monogâmico heterossexual.
- que as uniões homoafetivas possam ser legitimamente consideradas “casamentos” no mesmo sentido do casamento monogâmico heterossexual.
- que Deus deseje que as pessoas se envolvam em atos adúlteros ou relação sexual homossexual ou outra relação sexual não-conjugal, e que Deus declare tais relações como uma “boa dádiva”.
- que a compaixão e a justiça cristã exijam que a Igreja tolere relações sexuais adúlteras e homossexuais e outras relações sexuais não-conjugais entre seus membros, e considere aqueles que se envolvem em tais práticas como vivendo um modo de vida que demonstra o evangelho cristão, e que considere tais práticas e relações compatíveis com a ordenação como presbíteros, diáconos ou ministros da Palavra e do sacramento.

VIII. PARENTALIDADE VOCACIONAL¹⁰

Criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. Deus os abençoou, e lhes disse: "Sejam férteis e multipliquem-se! Encham e subjuguem a terra! (Gênesis 1.28-28, NVI)

Afirmamos que a diferença sexual natural foi criada por Deus para permitir a reprodução humana e a constituição da família, *célula mater* da sociedade. Desse



modo, a paternidade e a maternidade constituem a plenitude e a consumação da masculinidade e da feminilidade. A parentalidade não é uma sugestão, mas um chamado e um comissionamento divino, baseada em sua bênção criacional. Afirmamos que a parentalidade coloca os pais sob obrigações morais em relação a seus filhos, de preservar sua integridade, garantir seu florescimento e instruí-los no caminho do Senhor. Afirmamos, assim, que as noções de masculinidade e a feminilidade não devem ser isoladas da vocação parental, que a parentalidade natural deve ser recomendada e cultivada pela igreja, e que os cristãos devem ser educados para exercer a paternidade e a maternidade de modo digno do evangelho. Afirmamos, no entanto, que mesmo pessoas sem filhos podem adquirir o caráter e as virtudes da parentalidade, aprendendo-as de pais e mães exemplares e praticando-as em benefício da comunidade. Afirmamos também que a adoção de filhos é uma forma derivada e moralmente equivalente à parentalidade natural, sendo um caminho bom e desejável para realizar a vocação parental.

Portanto rejeitamos as falsas doutrinas e conceitos:

- que os conceitos de paternidade e de maternidade sejam meramente construtos culturais e sociais sem fundamento na ordem natural.
- que a doutrina sobre a masculinidade e a feminilidade possa ser abstraída da parentalidade e de exemplos comportamentais e morais derivados da parentalidade.
- que a igreja possa ser neutra no tocante à geração de filhos e ao planejamento familiar, silenciando sobre o dever e o privilégio da geração e/ou da adoção de filhos no casamento.
- que os pais não tenham o direito e o dever de disciplinar seus filhos e de instruí-los no caminho do Senhor.
- que a autoridade parental dê aos pais poderes absolutos sobre os filhos e o direito de violar a sua integridade pessoal.
- que a paternidade possa ser exercida por uma mulher biológica e a maternidade possa ser exercida por um homem biológico.
- que pessoas solteiras e sem filhos sejam incapazes de adquirir os traços éticos da parentalidade bíblica e assim atingir a consumação da masculinidade ou da feminilidade.



- que a adoção de filhos possa ser considerada uma forma de parentalidade superior ou inferior à parentalidade natural.

IX. FERTILIDADE DIVINA¹¹

Os filhos são herança do Senhor, uma recompensa que ele dá. Como flechas nas mãos do guerreiro são os filhos nascidos na juventude. Como é feliz o homem cuja aljava está cheia deles! Não será humilhado quando enfrentar seus inimigos no tribunal. (Salmos 127:3-5, NVI)

Tu criaste o íntimo do meu ser e me teceste no ventre de minha mãe. Eu te louvo porque me fizeste de modo especial e admirável. Tuas obras são maravilhosas! Disso tenho plena certeza. Meus ossos não estavam escondidos de ti quando em secreto fui formado e entretecido como nas profundezas da terra. Os teus olhos viram o meu embrião; todos os dias determinados para mim foram escritos no teu livro antes de qualquer deles existir. (Salmo 139.13-16 NVI)

Afirmamos que a fertilidade e a vida são dádivas divinas, e que os filhos são herança do Senhor. Afirmamos que Deus é o criador de cada indivíduo, e que todo ser humano é portador da imagem de Deus desde a sua concepção. Afirmamos que a geração de pessoas, que resulta da dádiva divina espelhando a própria geração eterna do Unigênito, difere essencialmente da criação de coisas, que resulta da técnica e confere o controle. Afirmamos, assim, que a vida humana é sagrada em todas as suas fases e deve ser protegida desde a concepção. Afirmamos que a vontade e o desejo dos pais não se sobrepõem moralmente à dignidade e integridade pessoal de seus filhos, desde a concepção. Afirmamos, ainda, que a tecnologia pode ser usada para afirmar a integridade da vida e preservar, compensar falhas ou reforçar processos naturais de reprodução, mas jamais para destruí-los, substituí-los ou modificar seus fins naturais.

Portanto rejeitamos as falsas doutrinas e conceitos:

- que o aborto seja compatível com a afirmação da dignidade humana.
- que o homem ou o Estado tenha o poder de determinar se o nascituro é ou não pessoa.
- que o aborto seja um modo legítimo de realizar o planejamento familiar.
- que métodos contraceptivos possam ser usados, não para limitar o número de filhos, mas para evitação da parentalidade.



- que tecnologias de reprodução assistida possam ser usadas para gerar filhos por meios naturalmente impossíveis ou sem correspondente natural (como a maternidade sub-rogada ou “barriga de aluguel”, a combinação genética de mais de duas fontes parentais, e a combinação genética de pais ou mães do mesmo sexo).
- que as tecnologias de reprodução assistida possam ser empregadas de modo a separar a reprodução biológica da responsabilidade moral parental.

X. CELIBATO ESPONSAL¹²

Gostaria de vê-los livres de preocupações. O homem que não é casado preocupa-se com as coisas do Senhor, em como agradar ao Senhor. Mas o homem casado preocupa-se com as coisas deste mundo, em como agradar sua mulher, e está dividido. Tanto a mulher não casada como a virgem preocupam-se com as coisas do Senhor, para serem santas no corpo e no espírito. Mas a casada preocupa-se com as coisas deste mundo, em como agradar seu marido. Estou dizendo isso para o próprio bem de vocês; não para lhes impor restrições, mas para que vocês possam viver de maneira correta, em plena consagração ao Senhor. (2Coríntios 7.32-35)

Afirmamos que o celibato consagrado é uma forma de expressão da corporeidade sponsal legítima e de igual valor moral e espiritual em relação à conjugalidade. A conjugalidade representa a finalidade sponsal do corpo de forma simbólica, performando a união escatológica de Cristo e a igreja. O celibato sponsal intensifica essa mesma sponsalidade pela dedicação integral do corpo e de suas energias ao serviço do Senhor. A união conjugal é superior na representação, dentro da era presente, do casamento escatológico, e o celibato sponsal é superior na qualidade da atenção consagrada ao serviço de Cristo e da igreja, antecipando nisso a vida escatológica. Nesse sentido, as duas expressões de sponsalidade do corpo são complementares e necessárias à saúde do corpo de Cristo e ao testemunho do evangelho no mundo. O celibato consagrado é, assim, um dos caminhos para a vida completa em Deus. O próprio Cristo, embora fosse celibatário, viveu em plena comunhão com Deus e com a humanidade, e seu exemplo foi seguido por alguns de seus maiores discípulos, como o apóstolo Paulo. O celibato consagrado, em santidade diante do Senhor, é uma forma de caminhar “livre de preocupações”.

Portanto rejeitamos as falsas doutrinas e conceitos:

- que o erotismo e a relação sexual sejam as únicas formas de viver e expressar a sexualidade.



- que a parentalidade natural com a geração de filhos pela relação sexual seja a única forma de expressar e consumir a masculinidade e a feminilidade.
- que o casamento e a geração de filhos seja a forma superior de vida cristã, a mais eficaz ou essencial à santificação.
- que cristãos solteiros estejam por sua condição condenados à solidão.
- que o celibato sem consagração ao Senhor seja suficiente para alcançar o propósito esponsal do corpo e da vida feliz.
- que a vida celibatária dispense a necessidade de disciplina intencional e frutificação espiritual para vencer o egoísmo, a fuga do outro e a preguiça social.

XI. FELICIDADE ESCATOLÓGICA¹³

Por isso, temos o propósito de lhe agradar, quer estejamos no corpo, quer o deixemos. Pois todos nós devemos comparecer perante o tribunal de Cristo, para que cada um receba de acordo com as obras praticadas por meio do corpo, quer sejam boas quer sejam más. (2Coríntios 5.9-10, NVI)

E não só isso, mas nós mesmos, que temos os primeiros frutos do Espírito, gememos interiormente, esperando ansiosamente nossa adoção como filhos, a redenção do nosso corpo. Pois nessa esperança fomos salvos. Mas, esperança que se vê não é esperança. Quem espera por aquilo que está vendo? Mas se esperamos o que ainda não vemos, aguardamo-lo pacientemente. (Romanos 8.23-25, NVI)

Afirmamos o ensino claro das Escrituras de que todos nós somos feitos à imagem de Deus, portadores de dignidade divina e responsáveis perante ele pelo que fazemos da nossa vida, e que ele nos responsabiliza segundo os termos revelados na sua Palavra. A Bíblia nos avisa que Deus traz seu julgamento, tanto presente quanto futuro, sobre aqueles que o desafiam, pois “de Deus não se zomba”; mas as Escrituras também prometem que Deus perdoa e transforma todos os que se voltam para ele em arrependimento e confiança. Afirmamos também que a vida com Cristo é o único caminho para a felicidade perfeita, que é experimentada parcialmente na vida de fé e será completa na volta de Cristo. Contra as justificativas terrenas e seculares para comportamentos pecaminosos, devemos ter diante de nós o galardão, a esperança da



ressurreição dos mortos e da felicidade eterna, que engendra em nós a paciência cristã e permite que nossos desejos e afetos sejam dominados e ordenados por essa bem-aventurada esperança.

Portanto, rejeitamos as falsas doutrinas e conceitos:

- que as concepções seculares de felicidade e florescimento humano se sobreponham à visão bíblica do destino final da pessoa humana e das promessas de bem-aventurança eterna, e possam assim justificar atitudes e práticas contrárias à Palavra de Deus.
- que a atividade sexual persistente e impenitente que é proibida pelas Escrituras possa ser aceitável a Deus e livre de seu julgamento presente e futuro.
- que algumas práticas sexuais, embora sejam contrárias às Escrituras, estejam tão enraizadas na personalidade que suas expressões possam ser consideradas inevitáveis e impossíveis de serem alteradas pelo poder de Deus.
- que a tentação sexual seja *per se* um ato pecaminoso ou moralmente equivalente ao acolhimento interior do desejo sexual e aos gestos e comportamentos que resultam desse acolhimento interior.

XII. CASTIDADE COMUNITÁRIA¹⁴

Comenta-se por toda parte que há imoralidade sexual em seu meio, imoralidade que nem mesmo os pagãos praticam. Soube de um homem entre vocês que mantém relações sexuais com a própria madrastra. Como podem se orgulhar disso? Deveriam lamentar-se e excluir de sua comunhão o homem que cometeu tamanha ofensa. (1Coríntios 5.15-7, NVI)

Exortamos vocês, irmãos, a que advirtam os ociosos, confortem os desanimados, auxiliem os fracos, sejam pacientes para com todos. (1Tessalonicenses 5.14, NVI)

Afirmamos que a castidade é parte do discipulado e da formação espiritual cristã. A pureza sexual é um bem individual, mas também comunitário e público, e a igreja tem o direito e o dever de acompanhar a vida afetivo-sexual de seus membros, de ensiná-los sobre a ética sexual bíblica, de nomear e advertir contra pecados sexuais tais como como o sexo casual, a fornicação, o adultério, a masturbação, a pornografia, a zoofilia, a pedofilia, a prática homossexual, o poliamorismo e práticas similares, e de discipliná-los pela violação ou negação dos padrões bíblicos de ética sexual, de modo a criar um



ambiente de castidade. Afirmamos ainda que ninguém deve ser discriminado ou excluído da vida da igreja e do caminho da formação espiritual apenas por sofrer tentações difíceis na área da sexualidade. Pelo contrário, esses irmãos devem ser advertidos, confortados, ajudados e pastoreados de forma sábia e intencional, com toda a compaixão e paciência.

Portanto, rejeitamos as falsas doutrinas e conceitos:

- que o comportamento sexual seja matéria de foro íntimo e não uma questão comunitária.
- que a concepção de santidade sexual esteja mais sujeita às transformações da cultura do que à autoridade da Palavra de Deus.
- que a igreja possa ser afirmativa de identidades e comportamentos afetivo-sexuais contrários às Escrituras.
- que a igreja tenha o dever de incluir como membros pessoas com identidades afetivo-sexuais e/ou práticas sexuais contrárias à ética sexual bíblica, sem demonstrações públicas de arrependimento e conversão.
- que as igrejas careçam de autoridade para disciplinar e remover da comunhão espiritual pessoas e instituições que questionam a Palavra de Deus e recusam a ética sexual bíblica.
- que a igreja possa impedir ou remover preventivamente da comunhão cristãos que sofrem com tentações nas áreas de sexualidade e gênero, negando-se a oferecer acolhimento, discipulado e aconselhamento pastoral, exceto em caso de rejeição dos princípios de fé e sexualidade da igreja.

CONCLUSÃO

Convidamos todos aqueles que afirmam as verdades e rejeitam os erros apresentados nestes doze artigos, e que consideram seus ensinamentos claros e consistentes da Palavra de Deus, a lembrar estes ensinamentos enquanto proclamam o evangelho, discipulam pessoas, e vivem seus relacionamentos em comunidade. Recomendamos às igrejas e instituições que subscrevem essa declaração que façam valer esses princípios em sua instrução pública, formação de lideranças e cooperação institucional. Recomendamos aos pastores, líderes e conselheiros cristãos, que desenvolvam abordagens pastorais fiéis, compassivas e eficientes para responder ao sofrimento



sexual em nossas igrejas. Que nosso propósito seja ver o povo de Deus esclarecido, advertido e corrigido, para que todos cresçam até a maturidade espiritual e possam viver de modo santo e irrepreensível diante Dele em amor.

Graças a Deus nosso Pai, e ao Senhor Jesus Cristo, que se entregou por todos nós, para que por graça, por meio da obra do Espírito Santo, sejamos salvos e integralmente santificados!

Que o próprio Deus, o Deus da paz, o santifique totalmente. Que todo o seu espírito, alma e corpo sejam mantidos sem culpa na vinda de nosso Senhor Jesus Cristo. Aquele que te chama é fiel e fará isso. (1 Tessalonicenses 5.24, NVI)



NOTAS

¹ Cf. <https://lausanne.org/statement/sexuality-and-gender-collaborate-gap-summary>

² Esta declaração foi redigida por Guilherme de Carvalho, com a colaboração e revisão direta de Andrea Vargas, Igor Miguel, David Riker, Pedro Lucas Dulci, Davi Lago e Dienny Riker, contando ainda com contribuições pontuais de vários amigos da Aliança e também de participantes dos “Encontros à Mesa” de 2024 e 2025. A declaração foi aprovada pelo GT de “Desafios Contemporâneos e Sexualidade” da Aliança e finalmente pelo Conselho Coordenador da Aliança. Foi inspirada, em sua forma, texto e em alguns temas, no artigo “A Declaration for Faith and Life”, *Scottish Bulletin of Evangelical Theology* 12.1 (Spring 1994): 3-7. Há uma tradução disponível em português, por Elize Carrenho Santos, publicada pela revista “Teologia Brasileira” (<https://teologiabrasileira.com.br/uma-declaracao-de-fe-e-vida/>).

A declaração escocesa de referência trazia quatro artigos. Na presente declaração, o primeiro artigo foi substituído por um artigo do Pacto de Lausanne, e foram compostos oito novos artigos originais, tratando do senhorio de Cristo, identidade sexual, relações de gênero, dignidade sexual, parentalidade, fertilidade, celibato e castidade. Todos os artigos de referência foram também reescritos e cada um dos doze artigos recebeu um título condensando sua ênfase principal.

A presente declaração é compatível com a “Declaração de Seul” de 2024, e também com a “Declaração de Nashville”, produzida em 2017 pelo Conselho para a Masculinidade e Feminilidade Bíblica (CBMW, cf. <https://cbmw.org/wp-content/uploads/2017/08/The-Nashville-Statement.pdf>). A declaração não se pronuncia, no entanto, sobre outras posições do CBMW no debate sobre complementarismo ou igualitarismo, ou com outros problemas mais específicos das relações de gênero).

³ O primeiro artigo da declaração foi adaptado do artigo 2º do Pacto de Lausanne, incluindo uma referência à autoridade normativa da Bíblia sobre a sexualidade e a sentença final referente à teologia dos “dois livros de Deus”, presente na *Confissão Belga* (Guido de Brès, 1566).

⁴ O tema do Senhorio integral de Cristo é central para o movimento de Lausanne desde suas origens. Foi também essencial para a teologia e obra de Francis Schaeffer, um dos contribuintes de Lausanne 1974, que, por sua vez, herdou essa ênfase do teólogo e estadista neerlandês Abraham Kuyper. A extensão cósmica desse Senhorio, em contraste com o dualismo religioso, é apresentada de forma sintética sob a ideia de “unidade de natureza e graça” no livro *A Morte da Razão*, publicado originalmente em 1968 (Ultimato, 2014). Uma obra contemporânea sobre o tema é *O Senhorio de Cristo*, por Vern Poythress (Monergismo, 2019). Guilherme de Carvalho escreveu sobre “O Senhorio de Cristo e a Missão da Igreja na Cultura: a ideia de soberania e sua aplicação”, no livro *Fé Cristã e Cultura Contemporânea: Cosmovisão Cristã, Igreja Local e Transformação Integral* (Ultimato, 2009).

A análise teológica mais detalhada sobre a nova religião do ego moderno é *Ascensão e Triunfo do Self Moderno*, pelo teólogo Carl Trueman (Cultura Cristã, 2024). Para uma exposição complementar sobre a mobilização ideológica na origem da revolução sexual e do identitarismo, cf. *Strange New World: How Thinkers and Activists Redefined Identity and Sparked the Sexual Revolution*, também por Carl Trueman (Crossway, 2022).

O reconhecimento da liberdade e da dignidade do indivíduo é uma das maiores contribuições do cristianismo para a cultura moderna. O problema com a modernidade parece ser a alienação da liberdade em relação a Deus e sua exacerbação, manifesta no que foi chamado de liberalismo expressivo moderno por autores como Patrick Deneen, e no triunfo da “terapêutica moderna” enquanto religião secular, como exposto por Philip Rieff e, recentemente, por Ole Madsen. Para uma obra de referência sobre a base cristã da noção moderna de liberdade e individualidade, cf. *Inventing the*



Individual: The Origins of Western Liberalism, por Harry Siedentop (Belknap, 2017). Sobre a formação da identidade moderna a partir de seu imaginário moral, a obra clássica é *As Fontes do Self: a Formação da Identidade Moderna*, pelo filósofo Charles Taylor (Loyola, 1997) e, focalizando o princípio da autenticidade, cf. *Ética da Autenticidade*, por Charles Taylor (Edições 70, 2009). Para a crítica do liberalismo expressivo moderno, cf. Patrick Deneen, *Por que o Liberalismo Falhou?* (Âyiné, 2020), e, para a crítica da terapêutica moderna, cf. Ole Jacob Madsen, *The Therapeutic Turn: How psychology altered Western culture* (Routledge, 2014).

Para uma crítica recente ao princípio da autenticidade a partir da teoria da “ressonância social” de Hartmut Rosa, cf. *O desaparecimento dos rituais: Uma topologia do presente*, por Byung-Chul Han (Vozes, 2021). Gilles Lipovetsky oferece uma análise e uma crítica aguda ao princípio da autenticidade em *A Sagração da Autenticidade* (Edições 70, 2022). O mesmo autor oferece uma iluminadora explanação da concepção moderna de felicidade em *A Felicidade Paradoxal: Ensaio sobre a Sociedade de Hiperconsumo* (Edições 70, 2007). Sobre o impacto do epicurismo na formação da imaginação moral moderna, sob uma ótica cristã, cf. N.T. Wright, *História e Escatologia: Jesus e a promessa da teologia natural* (Thomas Nelson Brasil, 2021), e Benjamin Wiker, *Darwinismo Moral: Como nos Tornamos Hedonistas* (Paulus, 2011).

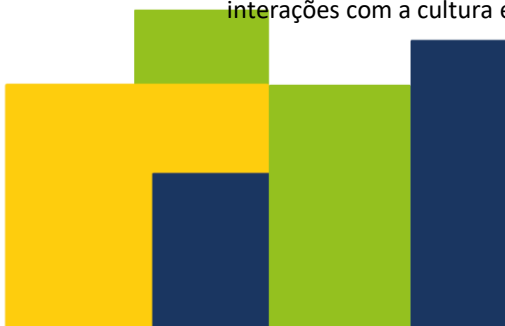
A passagem do mundo antigo para a era cristã trouxe, entre outras transformações, o que Kyle Harper denominou a “primeira revolução sexual”, que colocou o sexo sob o governo da fé, suplantando o patriarcalismo romano. A “segunda revolução sexual” promovida pela modernidade tem um caráter hedonista e individualista, completamente diverso da primeira. Para uma visão histórica sobre a primeira revolução sexual cf. Kyle Harper, *From Shame to Sin: The Christian Transformation of Sexual Morality in Late Antiquity* (Harvard University Press, 2016).

⁵ A tese básica deste artigo está alinhada com a *Declaração de Seul da Conferência Lausanne 2024* (capítulo IV, “A Pessoa Humana: a Imagem de Deus Criada e Restaurada”, seção 3, “A Imagem de Deus e a Sexualidade Humana”, artigos 56 a 58). A declaração afirma o caráter binário e divinamente criado do sexo, e nega a noção de fluidez de gênero (<https://lausanne.org/pt-br/statement/declaracao-de-seul#iv-a-pessoa-humana-a-imagem-de-deus-criada-e-restaurada>).

O conceito de identidade criacional opõe-se às teorias identitárias modernas, que recusam a existência de uma base objetiva e universal para a constituição da identidade, recaindo no relativismo cultural ou no emotivismo moral. Esse conceito baseia-se primariamente na concepção cristã de *ordo creationis*, e foi exposta por teólogos como Herman Bavinck, Albert Wolters e, mais recentemente, Ashford & Bartholomew em *The Doctrine of Creation* (IVP, 2020). Sobre identidade sexual em relação com o casamento, recomenda-se o clássico de Christopher Roberts, *Creation & Covenant: the significance of sexual difference in the moral theology of marriage* (T. & T. Clark, 2007).

A ideia geral da identidade pessoal como um composto de diversas facetas, conforme nossas diversas relações e papéis (Cf. Peter Burke, *Identity Theory: Revised and Expanded*, Oxford University Press, 2022), mas tendo um centro de natureza ética, a partir do que a pessoa considera o bem supremo, está presente nos pensadores cristãos Alasdair MacIntyre (em *After Virtue: A Study in Moral Theory, Third Edition*, Notre Dame University Press, 2007) e Charles Taylor (em *As fontes do "self" - A construção da identidade moderna*, Loyola, 1997). Nesse sentido, a autoidentidade não seria apenas uma questão de origem ou natureza, nem apenas uma questão de contexto e construto cultural, mas também uma questão moral, da relação da pessoa com seu destino.

Considerando esses três elementos de “origem”, “contexto” e “destino”, sugerimos distinguir entre “identidade sexual” enquanto dádiva divina original, “papéis de gênero”, aprendidos a partir das interações com a cultura e que determinam os padrões de expressão da diferença sexual, e “consciência



de gênero”, como a recepção da própria identidade sexual, dentro de um contexto sociocultural, e a autoconsciência moral sobre o modo como sua identidade sexual e seus papéis sociais devem ser vividos à luz do bem supremo da pessoa. Nesse sentido, a “masculinidade” e a “feminilidade” são tanto dádivas quanto tarefas, que precisam ser realizadas considerando a fonte da sexualidade (o Deus Criador), o contexto cultural (que pode ser afirmado ou desafiado) e o modelo ético da relação esponsal entre Cristo e a Igreja, refratado na diferença de macho e fêmea.

A diferenciação entre “sexo” e “gênero” é aceita pela declaração de Seul de 2024: “O “sexo” de um indivíduo se refere às características biológicas que distinguem o masculino do feminino, enquanto o “gênero” se refere às associações psicológicas, sociais e culturais próprias do masculino ou feminino.” (artigo 56). A despeito disso, a declaração recusa o descolamento entre sexo e gênero: “embora possa haver distinção entre sexo biológico e gênero, eles são inseparáveis” (artigo 57). Nesse sentido, a desconexão entre a consciência de gênero e a identidade sexual é compreendida como uma *disforia de gênero*; a normalização dessa desconexão constitui uma *falsa consciência de gênero*; e os discursos que pretendem legitimar tal falsa consciência constituem *ideologias de gênero*.

Quanto à crítica da teoria de gênero, são referências proveitosas a obra de Abigail Favale, *The Genesis of Gender* (Ignatius, 2022) e *Ama o teu Corpo*, de Nancy Pearcey (CPAD, 2021). Sobre identidade e sexualidade, com abordagens mais acessíveis, cf *União Com Cristo e Identidade Sexual*, de Rosaria Butterfield (Monergismo, 2021), e *Identidade e sexualidade: Reformando nossa visão de conceitos fundamentais*, por Pedro Lucas Dulci (Monergismo, 2020).

Sobre a crise identitária provocada pela revolução sexual e a cultura do Self, a obra fundamental é *Ascensão e Triunfo do Self Moderno*, de Carl Trueman (Cultura Cristã, 2024). Sobre a crítica geral do identitarismo e seus efeitos éticos e políticos, *O Progressista de Ontem e o de Amanhã*, de Mark Lilla (2018, Companhia das Letras), *A Armadilha da Identidade: Uma História das Ideias e do Poder em Nosso Tempo*, do cientista político Yascha Mounk (Edições 70, 2024), e *Identitarismo*, pelo antropólogo brasileiro Antonio Risério (LVM, 2024).

Sobre a objeção de alguns, de que o conceito de “identidade” não seria um conceito bíblico, deve ser dito que a formulação de novos conceitos sobre a realidade humana é tarefa legítima da filosofia e das ciências humanas, e que o tratamento teológico crítico de concepções originárias de outras ciências é uma das responsabilidades inerentes à apologética e à teologia pública. Nessa direção, destacamos que a *Declaração de Seul* adota a expressão “identidade sexual” como subtítulo aos artigos 56 a 58.

⁶ A obra de Charles Sherlock, *A Doutrina da Humanidade* (São Paulo: Cultura Cristã, 2003) nos fornece um quadro singular de explicação bíblica a respeito das especificidades do que é “ser homem” e “ser mulher”, fornecendo subsídios sem paralelo em outros materiais clássicos de antropologia teológica.

Quanto à noção de “imagem e semelhança” divina, cf. a obra de John F. Kilner, *Dignity and Destiny: Humanity in the Image of God* (Eerdmans, 2015), para quem a *imago Dei* deve ser interpretada de forma cristológica e, poderíamos dizer, prospectiva e teleológica. Para uma defesa detalhada da visão funcional da *imago Dei*, cf. Richard Middleton, *The Liberating Image: The Imago Dei in Genesis* (Baker, 2005). Ainda sobre o tema, o comentário de Bruce Waltke, *Gênesis: comentário bíblico* (São Paulo: Cultura Cristã, 2010), e o estudo de Anthony Hoekema, *Criados à imagem de Deus* (São Paulo: Cultura Cristã, 2003), apresentam extensa discussão exegética e doutrinária sobre o significado do “mandato cultural”, a criação dos sexos em igualdade ontológica e diferença funcional, os efeitos do pecado nas relações entre homens e mulheres, bem como a esperança que somente o evangelho pode nos fornecer. No tocante à interpretação de Gênesis, esses trabalhos podem ser complementados pelos de Tremper Longman III (*Como Ler Gênesis*, EVN, 2009), John Walton (*O Mundo Perdido de Adão e Eva: o*



Debate Sobre a Origem da Humanidade e a Leitura de Gênesis, Ultimato, 2016) e C. John Collins (*Reading Genesis Well: Navigating History, Poetry, Science, and Truth in Genesis 1-11*, Zondervan, 2018).

A presente declaração afirma o binarismo de gênero e reconhece contribuições teológicas de grande valor tanto por parte de igualitaristas, que enfatizam os aspectos equivalentes entre os sexos, quanto de complementaristas, que enfatizam a diferença e a reciprocidade sexual. No entanto, ela não assume uma dessas posições e não considera a divergência a esse respeito como um impedimento à unidade cristã. Para interpretações atualizadas e de alto nível a partir das duas posições, cf. Gregg Allison, *Complementarity: Dignity, Difference, and Interdependence* (B&H, 2025), *O Homem e a Mulher Segundo Paulo: Resgatando a visão do apóstolo*, por Cyntia Westfall (Thomas Nelson Brasil, 2025), *Igualitarismo bíblico: Explorando as perspectivas teológicas, culturais e práticas*, por Pierce & Westfall (Thomas Nelson Brasil, 2025), *Neither Complementarian Nor Egalitarian: A Kingdom Corrective to the Evangelical Gender Debate*, por Michelle Lee-Barnewall (Baker, 2016).

Sobre conflitos e papéis de gênero, cf. Elaine Storkey, *What's Right with feminism* (Grand Rapids: Eerdmans, 1985); Nancy Pearcey, *The Toxic War on Masculinity: How Christianity Reconciles the Sexes* (Baker Books, 2023); Kathy Keller, *Jesus, Justiça e Papéis de gênero* (Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2020); Richard Phillips, *Homens de verdade* (São José dos Campos: Editora Fiel, 2019), e Daniel Doriani, *O homem segundo o coração de Deus* (São Paulo: Cultura Cristã, 2001).

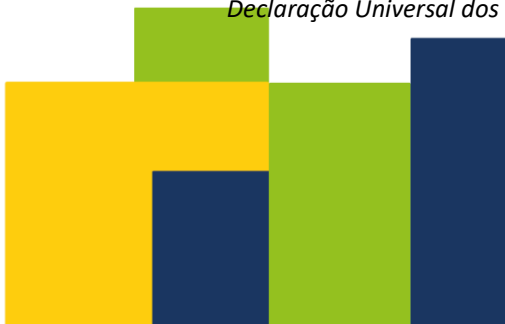
Sobre a origem pecaminosa de todas as expressões de desumanização e indignidade que as relações entre homens e mulheres podem assumir, e sobre o poder do evangelho para desfazê-las, cf. Aimee Byrd, *Reforma sexual: A restauração da dignidade pessoal de homens e mulheres* (Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2023), Darby A. Strickland, *Desmascarando o abuso: Um guia bíblico para ajudar as vítimas* (São José dos Campos: Editora Fiel, 2024); e Andréa Vargas, *Vida Dupla: descendo aos porões da intimidade sexual* (Editora Fiel, 2025).

⁷ Sobre a esponsalidade do corpo, a obra clássica é a *Teologia do Corpo: o amor humano no plano divino*, do Papa João Paulo II (Ecclesiae, 2019). Substancialmente convergentes com ela, são as éticas do corpo de Gregg Allison, *Teologia do Corpo* (EVN, 2023) e de Nancy Pearcey, *Ama o teu Corpo* (CPAD, 2021). Sobre a questão transgênero, uma obra evangélica de referência é *Deus e o Debate Sobre Transgêneros: O que a Bíblia Realmente diz Sobre a Identidade de Gênero?*, por Andrew T. Walker (EVN, 2024). Essas obras estão alinhadas no entendimento da relação entre dignidade humana e a consagração do corpo ao Senhor.

Este artigo converge com a posição católico-romana, exposta nos parágrafos 55 a 60 da recente declaração *Dignitas infinita: sobre a dignidade humana* (2024), proposta pelo Dicastério da Doutrina da Fé e aprovada pelo Papa Francisco, na qual se recusa de modo claro e específico a “teoria de gênero” e todo o conceito de “mudança de sexo” como ameaças à dignidade humana (https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_dcf_doc_20240402_dignitas-infinita_po.html).

⁸ Diante do problema epidêmico da cultura da indignidade sexual, envolvendo o crescimento de todo tipo de abuso e, especial, da pedofilia, praticados, promovidos ou tolerados por pessoas com poder e influência, e especialmente homens; e diante da relação bíblicamente estabelecida entre a pureza sexual e a honra do corpo, entendemos ser necessário promover a cultura da dignidade sexual de forma orgânica, buscando reencontrar a ligação entre a castidade e o respeito à pessoa humana.

Sobre o tema geral do conceito de “dignidade humana”, o documento mais importante é a *Declaração de Punta del Este sobre a Dignidade Humana para Todos em Todos os Lugares: Setenta anos após a Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de dezembro de 2018, produzida sob a liderança de Ján



Figel, *enviado especial para liberdade de religião ou crença fora da união europeia*, com suporte da *Academia Europeia de Religião*. A tradução brasileira foi feita pelo CEDIRE (UFU) sob coordenação do jurista Rodrigo Vitorino Souza Alves (Cf. <https://www.direitoereligiao.org/recursos/documentos/declaracao-de-punta-del-este>). A declaração reconhece a dependência de todo o sistema Internacional de Direitos Humanos em relação ao conceito fundamental de dignidade humana.

Sobre a fundamentação religiosa do conceito de “dignidade humana” nas ideias bíblicas de “sacralidade” e de “imago Dei”, cf. *Toward a Theory of Human Rights: Religion, Law, Courts* por Michael J. Perry (Cambridge University Press, 2006).

Para uma afirmação teológica aprofundada e pioneira do conceito de dignidade humana, cf. a declaração católico-romana *Dignitas infinita: sobre a dignidade humana* (2024).

⁹ Este artigo está alinhado com a *Declaração de Seul da Conferência Lausanne 2024* (capítulo IV, “A Pessoa Humana: a Imagem de Deus Criada e Restaurada”, seção 3, “A Imagem de Deus e a Sexualidade Humana”), em seus artigos 59 a 66, que afirmam a concepção *pactual* ou *aliancista* de casamento, segundo o padrão monogâmico e heterossexual, e rejeitam a união de pessoas do mesmo sexo. Em seguida, a declaração afirma, de modo inequívoco, nos artigos 67-70 que a prática homossexual é pecaminosa: “Todas as referências bíblicas à prática sexual entre pessoas do mesmo sexo nos levam à conclusão inevitável de que Deus considera tais atos como uma violação de seu propósito para o sexo e uma distorção do bom desígnio do Criador e, portanto, uma prática pecaminosa.” (<https://lausanne.org/pt-br/statement/declaracao-de-seul#iv-a-pessoa-humana-a-imagem-de-deus-criada-e-restaurada>).

A posição evangélica ortodoxa sobre a natureza do casamento é próxima à posição da Igreja Católica-Romana, conforme apresentada na Encíclica *Humanae Vitae* (1968), que menciona no artigo 12 a inseparabilidade dos fins “unitivo” e “procriativo” do casamento (ou seja, conjugalidade e parentalidade (à exceção, naturalmente, da visão do casamento como sacramento); cf. https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae.html). Converte também com a condenação da prática homossexual como prática desordenada no artigo 8 da Encíclica *Persona Humana* (1975): “Segundo a ordem moral objetiva, as relações homossexuais são atos destituídos da sua regra essencial e indispensável. Elas são condenadas na Sagrada Escritura como graves depravações e apresentadas aí também como uma consequência triste de uma rejeição de Deus.”

Sobre a diferença sexual e sua consumação no pacto do casamento, são obras recomendadas: Christopher Roberts, *Creation & Covenant: the significance of sexual difference in the moral theology of marriage* (T&T Clark, 2007), *On the Meaning of Sex*, de J. Budiszewski (ISI books, 2012), *What Is Marriage? Man and Woman: A Defense* de Robert George, Sherif Girgis, e Ryan T. Anderson (Encounter, 2010), e *A Razão do Casamento: uma reflexão filosófica a partir da lei natural*, por Dienny Riker (Episteme, 2020). Como obra prática de orientação em teologia do casamento, *O Significado do Casamento*, de Tim Keller (EVN, 2012). Para uma vibrante defesa contemporânea da concepção católica de casamento, com detalhado fundamento em teologia bíblica e parcialmente convergente com a noção aliancista ou pactual de casamento, cf. *Engaging the Doctrine of Marriage: Human Marriage as the Image and Sacrament of the Marriage of God and Creation*, por Matthew Levering (Cascade Books, 2020).

Para defesas filosóficas minuciosas do princípio da conjugalidade e da impossibilidade da conjugalidade fora da união heterossexual, cf. *Conjugal Union: what marriage is and why it matters*, por Patrick Lee e



Robert P. George (Cambridge University Press, 2014) e *One Body: an essay in christian sexual ethics*, por Alexander Pruss (Notre Dame Studies in Ethics and Culture, Notre Dame University Press, 2013).

Uma obra histórica importante para compreender a evolução da teologia do casamento é *From Sacrament to Contract: marriage, religion, and law in the western tradition*, por John Witte Jr. (Westminster/John Knox, 2012). Para críticas empíricas da revolução sexual e da rejeição da sacralidade do casamento, cf. os trabalhos do cientista social Mark Regnerus, *Cheap Sex: The Transformation of Men, Marriage, and Monogamy* (Oxford University Press, 2017), e *The Future of Christian Marriage* (Oxford University Press, 2021).

Finalmente, sobre a questão da homossexualidade do ponto de vista bíblico, a obra padrão ainda é *A Bíblia e a Prática Homossexual: textos e hermenêutica*, por Robert A. J. Gagnon (EVN, 2021). Uma obra mais acessível é *Deus é contra os homossexuais? A homossexualidade, a Bíblia e atração por pessoas do mesmo sexo*, por Sam Alberry (Monergismo, 2020).

¹⁰ No tocante à vocação parental, a *Declaração de Seul* traz um lamento e uma repreensão contra o desinteresse pela geração de filhos, no seu artigo 63: “A visão bíblica do casamento inclui o cumprimento do mandato do Criador de procriar e, simultaneamente, ser fonte de companheirismo e prazer para o casal. Entristece-nos ver que a busca pela liberdade sexual, e a consequente percepção de que se trata de um bem pessoal e social, tenha minimizado o aspecto reprodutor do sexo conjugal, o que muitas vezes levou à desvalorização dos filhos e ao aumento dramático de abortos globalmente. (Gn 1.28; 2.18-25).” cf. (<https://lausanne.org/pt-br/statement/declaracao-de-seul#iv-a-pessoa-humana-a-imagem-de-deus-criada-e-restaurada>).

A concepção geral da família como *célula mater* da sociedade está presente nas grandes tradições cristãs, como observa o teólogo moral Brent Waters, em *The Family in Christian Social and Political Thought* (Oxford Studies in Theological Ethics, Oxford University Press, 2007). Está notoriamente presente na doutrina social da Igreja Católica; cf. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, pelo Pontifício Conselho de Justiça e Paz (Paulinas, 2005).

Herman Bavinck oferece uma excelente teologia da família em *The Christian Family* (CLP, 20120). Uma obra mais moderna e bem completa é *Deus, Casamento e Família: Reconstruindo o Fundamento Bíblico*, de Andreas J. Köstenberger e David W. Jones (EVN, 2015). *On the Meaning of Sex*, de J. Budiszewski (ISI books, 2012), apresenta uma das melhores descrições da natureza do masculino e do feminino, vinculando-os lógica e biblicamente à vocação da parentalidade. Sobre a importância social da família e da parentalidade, como parte de uma filosofia social cristã sistemática, a obra mais completa em português é *Capital Moral: a força de conexão da sociedade*, pelo filósofo, historiador e ex-senador holandês Roel Kuiper (Monergismo, 2020).

¹¹ Uma boa introdução geral à ética cristã da vida é *Bioética: uma perspectiva cristã*, de Gilbert Meilaender (EVN, 2009). A obra *Ciência e Bioética - Um Olhar Teológico*, do luterano brasileiro Euler Renato Westphal (Sinodal 2009) também é altamente recomendável.

A posição católico-romana a respeito da “Fertilização in Vitro”, ou FIV, é de compará-la ao aborto, como violação da dignidade dos seres humanos embrionários, e está exposta no documento *Donum Vitae* de 1987

(https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19870222_respect-for-human-life_po.html). Sobre a questão específica da ética cristã e novas tecnologias de reprodução assistida, este artigo segue a visão proposta de modo admirável pelo teólogo anglicano Oliver O’Donovan no clássico *Begotten or Made? Human Procreation and Medical Technique* (Oxford University Press, 1984; 2ª edição pela Davenant Press, 2022). Ele não rejeita totalmente a possibilidade



de tecnologias de reprodução assistida, mas recusa a prática padrão da FIV de descarte, congelamento ou doação de embriões.

Para uma definição filosófica cristã do conceito de pessoa, com implicações para a defesa da pessoa e direitos do nascituro, recomendamos a excelente obra de Robert Spaemann, *Persons: The Difference between “Someone” and “Something”* (Oxford Studies in Theological Ethics, Oxford University Press, 2017). Para uma crítica filosófica ao aborto, *Contra o Aborto* por Francisco Razzo (Record, 2017).

¹² Os protestantes são notoriamente omissos no desenvolvimento de reflexões teológicas sobre o celibato consagrado. Como observa a teóloga evangélica Danielle Treweek, a ênfase protestante na intramundandade e seu combate ao celibato clerical romanista os afastou historicamente do tema, elevando a vida conjugal a um pedestal por vezes exclusivo e silenciando sobre o solteirismo cristão. Os evangélicos são geralmente provocados ao tema do celibato pela necessidade de lidar com a homoafetividade na igreja, o que é uma abordagem insuficiente. A própria Dra Treweek publicou uma importante obra de referência sobre o tema, solidamente evangélica e fundada em teologia bíblica: *The Meaning of Singleness: Retrieving an Eschatological Vision for the Contemporary Church* (IVP Academic, 2023). Sam Allberry produziu uma obra mais acessível sobre o tema do solteirismo cristão: *7 Myths about Singleness* (Crossway, 2019).

A despeito da falha do celibato obrigatório para os sacerdotes, a teologia católico-romana desenvolveu uma robusta teologia do celibato. Para uma referência histórica e teológica sobre o tema, cf. *Celibato: História, teologia e costumes*, por Hubert Wolf (Vozes, 2023). Sobre a dimensão sponsal do celibato, cf. *Teologia do Corpo: o amor humano no plano divino*, do Papa João Paulo II (Ecclesiae, 2019). Para uma discussão teológica e devocional, cf. a obra *Virgindade*, de Raniero Cantalamessa (Editora Santuário, 2017).

Esta declaração recomenda o celibato consagrado como o caminho de santidade para pessoas com inclinações homoafetivas que não se vejam capazes do casamento monogâmico heterossexual. Na obra *Deus é contra os homossexuais? A homossexualidade, a Bíblia e atração por pessoas do mesmo sexo* (Monergismo, 2020), Sam Alberry discute a vida celibatária como caminho para o cristão homoafetivo. Na mesma linha, temos a obra de Ed Shaw, *A atração por pessoas do mesmo sexo e a igreja: a plausibilidade do Celibato* (Vida Nova, 2018).

Uma obra de referência no tema do celibato e da amizade espiritual como caminho para cristãos homoafetivos é *Spiritual friendship: finding love in the Church as a Celibate Gay Christian*, de Wesley Hill (Brazos Press, 2015). A despeito dos valiosos insights, no entanto, a posição de Hill de legitimar a linguagem descritiva “cristão gay” é uma questão controversa. Ela foi tratada diretamente nos “Twelve Statements” (“Doze Afirmações”) no relatório do comitê ad interim sobre sexualidade humana apresentado na 48ª assembleia geral da Igreja Presbiteriana da América (PCA) de 2020, na afirmação 10, “Linguagem”:

“Afirmamos que aqueles em nossas igrejas fariam bem em evitar o termo “cristão gay”... Mesmo que “gay”, para alguns cristãos, signifique apenas “atração pelo mesmo sexo”, ainda assim é inadequado justapor este desejo pecaminoso, ou qualquer outro desejo pecaminoso, como um marcador de identidade ao lado da nossa identidade como novas criaturas em Cristo... A palavra “gay” é comum em nossa cultura, e não consideramos sábio que as igrejas policiem todo uso do termo. Nosso desejo é que não justifiquemos nossas lutas contra o pecado fixando-as à nossa identidade como cristãos. As igrejas devem ser gentis, pacientes e intencionais com os fiéis que se autodenominam “cristãos gays”, incentivando-os, como parte do processo de santificação, a abandonar a linguagem de identificação



enraizada em desejos pecaminosos, viver vidas castas, evitar entrar em tentação e mortificar seus desejos pecaminosos.”

Embora recomendemos essa orientação como a mais sábia e consistente com uma teologia cristã da identidade, não consideramos esse ponto vinculante e obrigatório para a comunhão cristã.

¹³ Para uma crítica das concepções de felicidade e autoatualização seculares, cf. *Deus na era secular: Como cétricos podem encontrar sentido no cristianismo*, por Tim Keller (EVN, 2018). Para uma crítica mais profunda do conflito entre o epicurismo moderno e a fé cristã na ressurreição dos mortos, as Gifford Lectures de N. T. Wright, *História e Escatologia: Jesus e a promessa da teologia natural* (Thomas Nelson, 2021). Para uma apresentação renovada da visão bíblica do céu e da bem-aventurança eterna, *A esperança do céu: um resgate da visão beatífica*, de Michael Allen (Fiel, 2022).

Para críticas à revolução sexual e ao experimento moderno da liberação sexual, cf. a já referida obra de Mark Regnerus, *Cheap Sex: The Transformation of Men, Marriage, and Monogamy* (Oxford University Press, 2017), o trabalho de Mary Eberstadt, *As Falsas Promessas da Revolução Sexual* (Quadrante, 2019), e *The Case Against Sexual Revolution*, pela escritora feminista Louise Perry (Polity, 2022).

No tocante à regulação do desejo no caminho da santificação, o artigo segue o espírito das “Confissões” de Agostinho de Hipona, sem descurar do intramundanidade protestante, mas sem capitular ao epicurismo moderno. Em *O Coração Explícito do Sexo* (Estante da Andrea, 2024), Andrea Vargas propõe uma teologia agostiniana da sexualidade e do desejo, enquadrando-os em uma cosmovisão bíblica. Para uma discussão clássica sobre a psicologia do pecado e da tentação, *Para Vencer o Pecado e a Tentação*, do puritano John Owen (Cultura Cristã, 2019). Para uma exposição contemporânea de caráter devocional, sobre a relação entre a expectativa da *parousia* de Cristo e a santificação presente, *Vem Senhor Jesus*, por John Piper (Fiel, 2024).

Para uma discussão do caráter pecaminoso do desejo homossexual e de outros desejos sexuais desalinhados com o amor conjugal, cf. o amplamente discutido Relatório da 47ª Assembleia da Igreja Presbiteriana da América (PCA), de 2020 (disponível em: <https://pcaga.org/wp-content/uploads/2020/05/AIC-Report-to-48th-GA-5-28-20.pdf>).

¹⁴ O artigo 75 da *Declaração de Seul* afirma a responsabilidade da igreja local no sentido de ajudar seus membros a cultivarem estilos de vida compatíveis com o evangelho: “Afirmamos que uma igreja local cresce e amadurece à medida que busca assegurar que sua vida coletiva reflita o estilo de vida que se conforma à mensagem do Cristo crucificado.” Por isso consideramos a castidade como um projeto comunitário e não apenas individual (<https://lausanne.org/pt-br/statement/declaracao-de-seul#v-discipulado-nosso-chamado-santidade-e-miss-o>). Entre os Católico-romanos, a Encíclica *Humanae Vitae* recomendou a criação de um “ambiente favorável à castidade”. Essa sábia recomendação poderia ser incorporada pelos evangélicos em seus programas de eclesiais.

Um tratamento mais amplo sobre a santificação sexual é *Sexo e santidade* do teólogo reformado Augustus Nicodemus Lopes (Godbooks, 2024). É também altamente recomendável a obra *Sexo Divino*, de Jonathan Grant (Concílio, 2015), que coloca a questão da sexualidade no contexto do discipulado e da formação espiritual cristã. Uma obra acessível é *O que Deus tem a ver com sexo? A sexualidade cristã e os desafios contemporâneos*, por David Riker (Thomas Nelson, 2024).

Sobre a autoridade disciplinar da igreja local, recomendamos as obras de Jonathan Leeman, *As Chaves do Reino* (EVN, 2021) e *A Igreja e a surpreendente ofensa do amor de Deus: reintroduzindo as doutrinas sobre a membresia e a disciplina da Igreja* (Fiel, 2016).



Para uma crítica sistemática da alienação entre sexo e amor, a melhor obra disponível é *Desejo Sexual: uma investigação filosófica*, pelo filósofo britânico Roger Scruton (Vide, 2016). E para uma defesa filosófica explicitamente cristã e mais completa do sexo dentro dos limites do casamento, cf. *One Body: an essay in Christian sexual ethics*, por Alexander Pruss (Notre Dame Studies in Ethics and Culture, Notre Dame University Press, 2013).

